- XCVI -

A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Tiago Felipe Ambrosini

. Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) no IFRS – *campus* Porto Alegre.
tiagofelipe.ambrosini@gmail.com

Clarice Monteiro Escott

. Professora do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFRS – *campus* Porto Alegre.
clarice.escott@ifrs.edu.br

INTRODUÇÃO

Ampliar e democratizar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), em especial a expansão das matrículas para a educação profissional de nível médio, é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), conforme a Lei nº 13.005/2014⁵⁹. Ocorre que o ingresso nas instituições que compõe a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT)⁶⁰ se dá, na maioria das vezes, a partir de exames de seleção e vestibulares, que são avaliações meritocráticas, ou seja, avaliam o mérito acadêmico como critério de ingresso nos cursos técnicos de nível médio e também superiores. Considerando essas premissas, objetiva-se problematizar as formas meritocráticas de selecionar os candidatos, mostrando como o critério do mérito acadêmico pode distorcer ou até reforçar

⁵⁹ Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público. Lei nº 13.005/2014. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm

⁶⁰ Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. http://portal.mec.gov.br/rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm

a exclusão social e educacional, prejudicando assim, a democratização do acesso ao ensino público federal. Trata-se de um estudo exploratório, caracterizado pela abordagem qualitativa e realizado a partir de uma revisão de literatura. Essa análise é parte integrante de uma pesquisa de mestrado, que visa desenvolver um produto educacional no intuito de contribuir com a orientação aos estudantes que ingressam nos processos seletivos do IFRS - *Campus* Bento Gonçalves.

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO PÚBLICO

Primeiramente, partimos de uma revisão teórica do conceito de democratização do ensino público. Carvalho (2004), aponta duas visões de democratização: uma voltada para as relações entre as pessoas, como um atributo pessoal a ser desenvolvido, reconhecendo todos como iguais, sem hierarquia e diferenças entre professor e aluno; a outra é mais social e substantiva, diz respeito a ampliação do acesso das pessoas a educação pública e, dentro dessas instituições, garantir pedagogicamente o acesso aos bens culturais construídos pela civilização. O presente estudo enfatiza o segundo sentido de democratização, enquanto política pública, como ampliação do acesso e da permanência na escola pública.

Nessa perspectiva, se a democratização do ensino público significa ampliar o acesso das pessoas ao ensino público gratuito e de qualidade, então, é necessário considerar o conceito de *acesso* para além dos sistemas de ingresso, ou seja, não basta considerar a etapa do ingresso (do processo seletivo ou vestibular), mas também levar em conta a dimensão da *permanência* do estudante e também a *qualidade* da formação. Assim, pode-se considerar o acesso a partir dessas dimensões: ingresso, permanência e qualidade no ensino (SILVA e VELOSO, 2013).

O ACESSO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

No caso da EPT, as políticas de acesso foram modificando-se com o tempo, assim como a própria EPT que, com o passar dos anos, sofreu alterações que refletiram intenções governamentais, mutações sociais e movimentos no cenário educacional e profissional (FRIGOTTO, 2010). A histórica da educação profissional e tecnológica, reflete como esse tipo de educação foi marcada por um *dualismo estrutural*, ou seja, desde a sua origem havia uma educação propedêutica e geral que foi destinada às elites e grupos mais favorecidos e a

educação profissional, inicialmente de cunho assistencial, e depois destinada a formar mão-de-obra para o mercado de trabalho (MOURA, 2007).

O ingresso ao ensino ofertado pelas instituições da RFEPCT, nos cursos técnicos e superiores, se dá mediante formas de seleção e classificação. Nesse sentido, muitos cursos técnicos ofertados pela Rede têm, historicamente, um alto índice de disputa e seletividade (COUTINHO; MELO, 2011). Considerando a situação da escola média brasileira, de ensino propedêutico precário, destinada majoritariamente para a classe trabalhadora, a educação profissional e tecnológica de qualidade, ofertada pela Rede Federal, acaba sendo usufruída pelos jovens da classe média. O modelo atual de EPT, portanto, apresenta uma *dualidade invertida*: a educação geral e propedêutica, sobretudo de nível médio estadual, antes ocupada pela elite, com a ampliação da oferta para a classe trabalhadora, precarizou-se. Ao passo que a educação profissional, com mais estrutura e aporte de recursos na RFEPCT, passou a ser ocupada pela classe média (KUENZER, 2011).

Um dos fatores que explica essas distorções e desigualdades na EPT são os processos seletivos meritocráticos. Nas sociedades democráticas, os sistemas de ensino sempre carregaram um certo otimismo com relação as noções de igualdade e meritocracia. Tratando todos como iguais, a escola seria a instituição que por excelência representaria o ideal democrático de dar a todos a oportunidade de conquista, a partir do esforço e mérito individual. Contudo, sabe-se que o critério do mérito esbarra no problema da igualdade de oportunidades. Numa sociedade onde há divisão e desigualdade (social, econômica e educacional) não haverá uma competição justa, ou seja, alguns sairão na frente na disputa. O sistema de ensino, que se pretende justo e igualitário, ao utilizar o critério meritocrático puro, legitima as desigualdades sociais. Os vencidos e fracassados nas disputas meritocráticas são cada vez mais excluídos do sistema e, ao invés de serem tratados como vítimas de uma competição injusta, são considerados responsáveis pelo seu próprio fracasso (DUBET, 2004).

CONCLUSÃO

A presente abordagem aponta para uma compreensão mais profunda do significado da meritocracia, presente nas avaliações e sistemas de seleção das instituições públicas, sobretudo na RFEPCT. É uma falácia acreditar que o acesso, como uma simples competição do mérito acadêmico, que trata pretensamente todos como *iguais*, possa colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. As reflexões aqui apontadas conduzem

justamente para o lado oposto, pois a escola, ao analisar friamente o mérito acadêmico (basicamente um conjunto de conteúdo, muitas vezes impostos pelos sistemas de ensino), acaba sendo a promotora da real desigualdade e exclusão social.

Conclui-se também pela necessidade de encerrar o acesso além dos sistemas de ingresso, de modo que a democratização do ensino público não fique apenas na ampliação de vagas, mas se efetive na ocupação das mesmas, considerando também a permanência e a qualidade do ensino. Sendo assim, a partir dessa prévia análise teórica, já podemos inferir a necessidade de se desenvolver, junto as instituições da na RFEPCT, ações e estratégias que visem tornar os sistemas de seleção mais inclusivos e democráticos, desenvolvendo estratégias de orientação aos estudantes que almejam uma oportunidade de ensino público federal como, por exemplo, tornar mais claras as regras dos editais, mostrando as formas de acesso através das cotas e ações afirmativas, além das políticas de assistência estudantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm> Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. “Democratização do ensino” revisitado. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 327-334, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a11.pdf>> Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

COUTINHO, Eduardo Henrique Lacerda; MELO, Frederico Luiz Barbosa de. **Inovações socioeducacionais e os processos seletivos dos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. *Educação & Tecnologia*, 15(3), 2011. Disponível em: <<https://periodicos.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/viewFile/278/279>> Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004. Tradução: Édi Gonçalves de Oliveira e Sérgio Cataldi. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf>> Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica (EPT) com a universalização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KUENZER, Acacia Zeneida. **EM e EP na produção flexível A dualidade invertida**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n. 8, p. 43-55, jan./jun. 2011. Disponível em:<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/46/43>> Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

MOURA, Dante Henrique. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e Perspectivas de Integração**. In: Holos, Ano 23, Vol. 2 – 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>> Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. **Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão**. Avaliação: Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 3, p. 727-747, nov. 2013b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-40772013000300011&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 23 de janeiro de 2019.